
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BALNEÁRIO
CAMBORIÚ - BCPREVI
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR
PÚBLICO (DCASP)**

1 INFORMACÕES GERAIS

- 1.1 *Natureza Jurídica da entidade:*** Autarquia Municipal de Assistência Previdenciária do Município de Balneário Camboriú - BCPREVI, órgão público com personalidade jurídica, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sobre o número 07.252.009/0001-39;
- 1.2 *Domicílio:*** estabelecido na Rua Dinamarca nº 175, Bairro Nações na cidade de Balneário Camboriú - Santa Catarina;
- 1.3 *Natureza das operações e principais atividades da entidade:*** Instituído pela Lei Municipal nº 2.421, de 21 de dezembro de 2004, com o objetivo de dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os seus beneficiários, e compreende um conjunto de benefícios que atendam as seguintes finalidades: - “garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, doença, acidente em serviço, idade avançada, reclusão e falecimento; e proteção à maternidade e à família”.
- 1.4 *Declaração de conformidade:*** as demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, observou ainda o elenco de contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina bem como todas as determinações impostas pelo mesmo, Portarias, Manual e IPCs da Secretaria do Tesouro Nacional, de forma parcial as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16) conforme Decreto Municipal n.º 7.614/2014 que dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados que poderá ser revisto no exercício de 2017 para ser harmonizado com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais aprovado pela Portaria STN n.º 548/2015.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

2.1 Base de mensuração utilizada: Os ativos e passivos integrantes do patrimônio público apresentados nas demonstrações contábeis tem por base o custo histórico das transações.

2.2 Novas normas e políticas contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, incluindo as orientações emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e os padrões estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão este responsável pela padronização das contas em nível nacional. Estas são as primeiras demonstrações contábeis apresentadas de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) pela entidade.

2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

2.3.1 Dos créditos, tributários ou não, por competência, todas as contribuições previdenciárias, tanto retidas do servidor, como as contribuições patronais, dos ativos e inativos, bem como, as parcelas de aportes para cobertura de déficit atuarial foram reconhecidas, mensuradas e evidenciadas por competência durante o exercício.

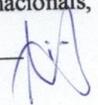
2.3.2 O reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência foi implantado no exercício.

2.3.3 O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangível está previsto e em implantação de acordo com Decreto Municipal n.º 7.404/2014 e 7.540/2014.

2.3.4 O registro de fenômenos econômicos, independente ou não da execução orçamentária, está previsto e em implantação de acordo com Decreto Municipal n.º 7.621/2014.

2.3.5 A implementação do Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) não foi normatizada pelo Município de Balneário Camboriú até o encerramento do exercício de 2016 e não foi implantado nem está em implantação.

2.3.6 A aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para consolidação das contas nacionais, foi implementada integralmente no exercício de 2015.



3 **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
E INFORMAÇÕES DE SUPORTE**

De acordo com artigo 15, da Instrução Normativa n.º 20/2015, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico e dá outras providências:

“Art. 15. A prestação anual de contas de gestão deve estar acompanhada dos balanços e demonstrativos contábeis exigidos pelas Leis n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme o caso.

§1º A unidade jurisdicionada deve apresentar os documentos mencionados no caput atualizados em conformidade com as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda.”

Sendo assim, as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) serão elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964 atualizadas pela Portaria STN n.º 437 e 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) tem como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as DCASP. Tais padrões devem ser observados pela União, Estados, Distrito Federal e municípios, permitindo a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei n.º 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar n.º 101/2000, as quais são:

- α) Balanço Orçamentário;
- β) Balanço Financeiro;
- χ) Balanço Patrimonial;
- δ) Demonstração das Variações Patrimoniais;



- ε) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- φ) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), e
- γ) Notas Explicativas.

De acordo com a NBC TSP 16.6R1, a DMPL deve ser elaborada apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas, não sendo o caso desta municipalidade.

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

As demonstrações contábeis apresentam informações extraídas dos registros e dos documentos que integram o sistema contábil da entidade.

As demonstrações contábeis conterão a identificação da entidade do setor público, da autoridade responsável e do contabilista.

Nas demonstrações contábeis, as contas semelhantes podem ser agrupadas; os pequenos saldos podem ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 10% (dez por cento) do valor do respectivo grupo de contas, sendo vedadas a compensação de saldos e a utilização de designações genéricas.

Para fins de publicação, as demonstrações contábeis podem apresentar os valores monetários em unidades de milhar ou em unidades de milhão, devendo indicar a unidade utilizada.

Os saldos devedores ou credores das contas retificadoras devem ser apresentados como valores redutores das contas ou do grupo de contas que lhes deram origem.

A divulgação das demonstrações contábeis e de suas versões simplificadas é o ato de disponibilizá-las para a sociedade e compreende, entre outras, as seguintes formas:

- a) publicação na imprensa oficial em qualquer das suas modalidades;
- b) remessa aos órgãos de controle interno e externo, a associações e a conselhos representativos;
- c) a disponibilização das Demonstrações Contábeis para acesso da sociedade em local e prazos indicados;
- d) disponibilização em meios de comunicação eletrônicos de acesso público.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e contém informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários.

3.1 Balanço Orçamentário (Anexo 12)

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária e é composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- c) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

No Quadro Principal, são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também é utilizada complementarmente à classificação por natureza.

No Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados, são informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência compõem o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.

No Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados, são informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. São informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior. Os entes que não conseguem fazer o controle dos restos a pagar não processados liquidados podem, ao final do exercício, transferir seus saldos para restos a pagar processados.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de



referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.

O resultado orçamentário apurado no exercício de 2016 foi superavitário na importância de R\$ 65.177.942,54 (sessenta e cinco milhões, cento e setenta e sete mil, novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), resultante da diferença entre a execução orçamentária da receita e despesa realizadas durante o exercício. No exercício foi realizado 128,97% das previsões de receitas e 40,57% do orçamento das despesas devidamente atualizadas foi empenhado, demonstrando equilíbrio entre receitas e despesas realizadas. A transferência financeira; não consta no demonstrativo, mas em nota explicativa, como preceitua o capítulo V do MCASP; no valor de R\$ 3.689,98 (três mil, seiscentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos), sendo que destes R\$ 2.402,32 (dois mil, quatrocentos e dois reais e trinta e dois centavos) foi recebida da Prefeitura e refere-se ao disposto no art. 5º, parágrafo sétimo, inciso III, da Lei nº 3.656/2014, para pagamentos de verbas de sucumbência aos inativos do BCPREVI, e R\$ 1.287,66 (hum mil, duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e seis centavos) foi recebido do Fundo de Assistência Saúde do Servidor Público – FUNSERVIR, a título de espólios de inativos, carentes de alvarás judiciais, e que lá estavam registrados desde 2005, quando os dois órgão foram segregados.

As Receitas Patrimoniais de aplicação financeira foram arrecadadas 132,03% em relação ao previsto, em decorrência do bom desempenho dos títulos públicos no mercado de Valores Mobiliários, e desta forma a meta atuarial do bcprevi, de IPCA + 6%, foi superada em 24%.

As Receitas decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS teve seu recebimento em 85% do estimado, em decorrência da aprovação da Lei Complementar nº 15 de 01 de julho de 2016, a qual alterou a forma e os valores parcelados.

Ao final de 2016 foi recebido a título de compensação previdenciária – COMPREV, o valor de R\$ 1.094.362,51 (hum milhão, noventa e quatro mil, trezentos e sessenta e dois reais, e cinquenta e um



centavos), referentes ao período de abril de 2015 a dezembro de 2016, aos quais estavam bloqueados pelo INSS.

Junto a rubrica de Receitas Correntes Diversas foi contabilizado o valor de R\$ 2.086.583,87 (dois milhões, oitenta e seis mil, quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e sete centavos), isso em virtude das mudanças trazidas pelo MCASP, ao qual havia registro deste valor em Provisão para Perdas em Investimentos Financeiros, atributo (P), mas que não houve recepção desta conta no novo Plano de Contas, sendo que os níveis financeiros somente aceitam contas de atributo (F).

3.2 Balanço Financeiro (Anexo 13)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e
- d) o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício. O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

Em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro. No entanto, uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público. Da mesma forma, a variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento.

Portanto, a análise deve ser feita conjuntamente com o Balanço Patrimonial, considerando os fatores mencionados e as demais variáveis orçamentárias e extraorçamentárias.

A discriminação por fonte/destinação de recurso permite evidenciar a origem e a aplicação dos recursos financeiros referentes à receita e despesa orçamentárias.



O Balanço Financeiro será elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- a) Classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte;
- b) Classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas) para as Transferências Financeiras Concedidas;
- c) Classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas) para as Transferências Financeiras Recebidas;
- d) Classe 5 (Orçamento Aprovado) para a Inscrição de Restos a Pagar; e
- e) Classe 6 (Execução do Orçamento) para a Receita Orçamentária, Despesa Orçamentária e Pagamento de Restos a Pagar.

Os Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários) se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios.

O saldo transportado para o exercício seguinte no BCPREVI é de R\$ 312.022.003,57 (trezentos e doze milhões, vinte e dois mil, três reais e cinquenta e sete centavos). Durante o exercício foram cancelados Restos a Pagar no valor de R\$ 7.001,54 (sete mil e um reais e cinquenta e quatro centavos), motivados pela desistência da entrega do material e/ou execução do serviço por parte dos fornecedores. O Balanço Financeiro demonstra que no exercício foram inscritas Obrigações a Pagar para o exercício seguinte na ordem de R\$ 369.550,12 (trezentos e sessenta e nove mil, quinhentos e cinquenta reais e doze centavos).

3.3 Balanço Patrimonial (Anexo 14)

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública:

- a) ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;
- b) passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;



- c) patrimônio líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. As contas do ativo estão dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade enquanto as contas do passivo, estão dispostas em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

Os ativos são classificados como “circulante” quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a) estarem disponíveis para realização imediata;
- b) tiverem a expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulante.

Os passivos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem um dos seguintes critérios:

- corresponderem a valores exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis;
- corresponderem a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Os demais passivos são classificados como não circulante.

O Balanço Patrimonial é composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c) Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

3.3.1 Patrimônio Líquido - O Saldo Patrimonial apresenta Passivo a Descoberto de R\$ 128.079.393,62 (cento e vinte e oito milhões, setenta e nove mil, trezentos e noventa e três reais e sessenta e dois centavos), conforme verificado no Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais, isso em decorrência da atualização da Provisão Matemática Previdenciária, oriundo do Estudo Atuarial de 2016, ano base 2015. O resultado encontrado no citado estudo atuarial foi de R\$ 239.232.751,09 (duzentos e trinta e nove milhões, duzentos e trinta e dois mil, setecentos e cinquenta e um reais e nove centavos), equacionado com a aprovação da Lei Complementar Municipal nº 15 de 2016, conforme apresentado no quadro das Compensações, Saldo dos Atos Potenciais do Passivo. Há um saldo devedor de resultados de exercícios



anteriores de R\$ 40.411.637,22 (quarenta milhões, quatrocentos e onze mil, seiscentos e trinta e sete reais e vinte e dois centavos), que somado ao Resultado do Exercício, apresenta o Resultado Acumulado Deficitário em R\$ 168.491.030,84 (cento e sessenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e um mil, trinta reais e oitenta e quatro centavos).

3.3.2 Créditos a Curto Prazo: Estes valores se referem a saldos a receber de contribuições previdenciárias conforme tabela abaixo:

Contribuições retidas do Servidor – Secr.Educação	R\$ 872.828,96
Contribuições Patronais do Ente	R\$ 1.556.987,58
Encargos s/apropriação de férias e 13º salário.	R\$ 909.446,89
TOTAL	R\$ 3.339.263,43

3.3.3 Imobilizado: Composto somente de Bens Móveis no valor de R\$ 35.368,08; o qual desmembra-se em R\$ 223.341,53 de Bens Móveis, os quais estão Depreciados em R\$ 187.973,45 em virtude do uso e desgaste em razão do tempo, contabilizados conforme os preceitos contábeis e até o exercício apurados com seus percentuais estabelecidos pelas IN 162/98 e 130/99 da SRF – Secretaria da Receita Federal do Brasil. A depreciação mediante tabela fixada pelo município através do Decreto nº 7621 de 05 de dezembro de 2014 está em implantação.

Visando atender ao disposto no MCASP, 5ª edição, parte II, bem como aos prazos determinados no Art. 6º da Portaria STN nº 437, de 12 de Julho de 2012, está em implantação à reavaliação e mensuração dos bens móveis do BCPREVI, onde foi constituída uma comissão para as atividades por intermédio do Decreto nº 7.404 de 05 de Junho de 2014 e nº 7.540 de 10 de outubro de 2014.

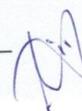
3.3.4 Investimentos de Aplicações temporárias em curto prazo: O total das disponibilidades do BCPREVI ao final de 2016 é de R\$ 312.022.003,57, e está composta conforme tabela abaixo. A conta movimento apresentou saldo elevado em virtude de recebimento de contribuições retidas de ativos e patronais do ente referentes ao 13º salário, e não aplicado pelo banco em tempo hábil. O saldo em depósito judicial de R\$ 223.314,09 se refere à resgate solicitado em juízo do fundo de investimento Santander – Gradual – Piatã FI RF LP Previdenciário Crédito Privado, conforme autos nº 0265672-80.2011.8.19.0001.



SEGUIMENTO	VALOR	Enquadramento na Resolução CMN 3.922/2010
Conta Movimento	R\$ 858.986,45	
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	R\$ 68.909.034,31	ART. 7º, INCISO IV
FUNDOS DE INVESTIMENTOS REFERENCIADOS	R\$ 3.842.445,04	ART. 7º, INCISO III
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO TESOURO	R\$ 216.357.053,96	ART. 7º, INCISO I, ALÍNEA "B"
FUNDO DE AÇÕES	R\$ 11.926.178,03	ART. 8º, INCISO III
FUNDO MULTIMERCADO	R\$ 5.589.298,18	ART. 8º, INCISO IV
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES	R\$ 2.762.546,42	ART. 8º, INCISO V
FUNDO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	R\$ 838.747,09	ART. 8º, INCISO VI
FUNDO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	R\$ 714.400,00	ART. 9
DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 223.314,09	

3.3.5 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo: Nesta rubrica o saldo refere-se a saldo de rescisões de inativos aposentados, aos quais aguarda-se o alvará judicial para realização do pagamento.

3.3.6 Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo: A provisão a curto prazo referentes a férias e 13º salário foram contabilizadas no exercício, como os valores foram todos pagos no exercício não sobrou saldo a pagar. O saldo na rubrica de provisões a longo prazo refere-se à Provisão Matemática Previdenciária oriunda do estudo atuarial de 2016 ano base 2015, o qual apresentou Déficit Atuarial de R\$ 239.232.751,09, com equacionamento através da Lei complementar nº 15 de 01 de julho de 2016.



3.3.7 Superávit Financeiro: Durante o exercício foi apurado Superávit Financeiro na ordem de R\$ 311.604.416,57 em decorrência das obrigações mais relevantes do BCPREVI estarem registrado no Permanente, Provisões Matemáticas Previdenciárias, Exigíveis no Longo Prazo como preceitua o MCASP.

3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15)

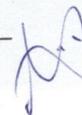
A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise das alterações dos elementos patrimoniais e do desempenho da administração pública.

O resultado patrimonial do período foi apurado pelo confronto entre as variações ativas e variações passivas sendo deficitário no montante de R\$ 128.079.393,62 (cento e vinte e oito milhões, setenta e nove mil, trezentos e noventa e três reais e sessenta e dois centavos). Houve cancelamento de restos a pagar processados na importância de R\$ 188,60 (cento e oitenta e oito reais e sessenta centavos), em razão de alguns empenhos terem sido liquidados indevidamente. No saldo na rubrica, Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas inclui-se as arrecadações recebidas do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, em virtude da Compensação Previdenciária – COMPREV, no montante de R\$ 1.094.362,51. Os valores constantes nas rubricas Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas dentro das VPAs, bem como a rubrica Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas, dentro das VPDs, referem-se à contabilização da atualização da Provisão Matemática Previdenciária trazida pelo novo estudo atuarial de 2016, ano base 2015, bem como das Reversões de Provisões de 13º salário, Férias, e encargos destes. Dentro das VPDs, na rubrica de Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas, estão contabilizados os Rendimentos Negativos em Aplicações Financeiras além dos valores positivos, ou seja, que superaram os valores das receitas no exercício, assim como preceitua o TCE-SC, na Tabela de eventos contábeis, (2.78.4).



3.5 Demonstrações do Fluxo de Caixa (Anexo 18)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

A DFC é elaborada utilizando-se contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e de despesas, bem como funções e subfunções. Também faz uso, quando necessário, de outras contas e filtros necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transitar pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto ou indireto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

- a) das operações;
- b) dos investimentos; e
- c) dos financiamentos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

- α) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- β) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- χ) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.



A Demonstração dos Fluxos de Caixa é composta por:

- a) Quadro Principal
- b) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias
- c) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas
- d) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função
- e) Quadro de Juros e Encargos da Dívida

O Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações foi superavitário em R\$ 65.498.869,89 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos). As atividades de Investimentos apresentou déficit de R\$ 2.898,00 (dois mil, oitocentos e noventa e oito reais), referente a aquisição de bens móveis. Não houve operações de atividades de financiamentos. A geração líquida de Caixa e Equivalente de Caixa foi de R\$ 65.495.971,89 (sessenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentos e setenta e um reais e oitenta e nove centavos), sendo que se deu em 99,9% oriundos do Fluxo de Caixa das Operações do BCPREVI.



SIDNEI LUIZ RIQUETTA
Contador – BCPREVI
CRC/SC 029.989/O-1